

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
ABREVIATURAS DE USO FREQUENTE	11
I – COMO NASCE E SE APLICA O DIREITO DO TRABALHO. AS SUAS FONTES	13
1. Fontes de Direito do Trabalho	13
1.1. Constituição da República Portuguesa (CRP) – lei constitucional	13
1.2. Fontes externas – europeias, internacionais e supranacionais	14
1.3. Leis e decretos-leis	15
1.3.1. Legislação laboral – noção legal compreensiva	15
1.4. Instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho – <i>irct</i>	16
1.4.1. <i>Irct</i> de origem negocial	16
1.4.2. <i>Irct</i> de origem administrativa	16
1.5. Contrato individual de trabalho	17
1.6. Usos laborais	18
2. Hierarquia das fontes. Conflitos de aplicação de fontes	18
2.1. Hierarquia das fontes. Relação entre fontes de regulação	18
2.2. Conflitos de aplicação de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho	22
II – O QUE DISTINGUE O CONTRATO DE TRABALHO. CARACTERÍSTICAS E FIGURAS AFINS	25
3. Características do contrato individual de trabalho – trabalho e prestação de serviços	25
3.1. Noção legal	25

3.2. Características	25
3.3. Elementos distintivos	26
3.3.1. Trabalho e prestação de serviços. A subordinação jurídica e a autonomia técnica do trabalhador	26
3.3.2. A presunção de contrato de trabalho e o método indiciário	28
3.3.3. Outras figuras próximas do contrato de trabalho	30
4. Os contratos equiparados – trabalho no domicílio	31

III – FORMAÇÃO E CONTEÚDO TÍPICO DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	33
5. Os sujeitos – o trabalhador	33
5.1. Noção	33
5.2. Capacidade para celebrar contrato de trabalho	34
5.2.1. Título (carteira) profissional	34
5.2.2. Trabalhadores menores	34
5.3. Trabalhadores estrangeiros e apátridas	36
5.4. Trabalhadores destacados	37
6. Os sujeitos – o empregador	38
6.1. Noção	38
6.2. Os “tipos de empresas”	39
6.3. Pluralidade de empregadores	40
6.4. Cedência ocasional de trabalhadores	42
6.4.1. Noção	42
6.4.2. Admissibilidade	42
6.4.3. Regime contratual	43
6.4.4. Cedência ilícita de trabalhador	44
6.5. Trabalho temporário	44
6.5.1. Definição	44
6.5.2. A empresa de trabalho temporário (<i>ett</i>) e o contrato de trabalho temporário	45
6.5.3. A utilização de trabalho temporário – o contrato de utilização de trabalho temporário (<i>cutt</i>)	48
6.5.4. O regime contratual – condições de trabalho do trabalhador temporário	50
6.5.5. Responsabilidade pelos créditos do trabalhador temporário	51
6.5.6. Outras limitações ao trabalho temporário	51
6.6. Transmissão da empresa ou estabelecimento	52
6.6.1. Noção e pressupostos	52

6.6.2. Efeitos	52
6.6.3. Oposição do trabalhador	53
7. Forma e formalidades no contrato de trabalho	53
7.1. Regra geral	53
7.2. Excepções	54
7.3. O dever de informação pelo empregador	55
7.4. A reciprocidade do dever de informação – o dever de informação pelo trabalhador	56
7.5. Regulamento interno de empresa: a) organização e disciplina do trabalho; b) contrato de trabalho de adesão	57
7.5.1. O regulamento interno da empresa como padrão da organização e disciplina do trabalho na empresa	57
7.5.2. O regulamento interno da empresa como proposta contratual para adesão	58
8. Principais direitos e deveres dos trabalhadores e dos empregadores	58
8.1. Regimes especiais	58
8.1.1. Maternidade e paternidade	59
8.1.2. Menoridade	60
8.1.3. Trabalho de estudantes	60
8.1.4. Deficiência ou doença crónica	61
8.2. Igualdade e não discriminação	61
8.2.1. O assédio – noção	63
8.2.2. Procedimento por assédio	63
8.2.3. Sanções	63
8.2.4. Código de conduta contra o assédio	64
8.3. Direitos e deveres de trabalhadores e empregadores – em geral	64
8.3.1. Direitos e deveres nucleares	64
8.3.2. Direitos e deveres acessórios (direito/dever de assistência e cooperação; direito/dever de ocupação efectiva; direito/dever a igual tratamento; direito/dever de formação profissional; dever de obediência; deveres de zelo, diligência, assiduidade e pontualidade; dever de lealdade e não concorrência)	65
8.3.3. Direitos de personalidade (direito de liberdade de expressão e de opinião; direito à protecção de dados pessoais; proibição de testes e de exames médicos; confidencialidade de mensagens e de acesso a informação)	67
8.3.4. Direitos de personalidade – continuação (a utilização de meios de vigilância à distância, incluindo a geolocalização)	69

8.3.5. Dever de informação (remissão)	72
9. O período experimental	72
9.1. Noção	72
9.2. Denúncia do contrato na vigência do período experimental	73
9.3. Contagem do período experimental	73
9.4. Duração do período experimental	74
9.4.1. Elenco	74
9.4.2. Supletividade do regime	76
10. Objecto do contrato de trabalho – categoria. Mobilidade funcional e polivalência. A comissão de serviço	76
10.1. Noção de categoria – categoria-estatuto e categoria-função	76
10.2. Mudança temporária de funções – o <i>jus variandi funcional</i>	77
10.3. Desempenho acessório de funções afins – mobilidade funcional e polivalência	79
10.4. Mudança (baixa) de categoria	80
10.5. Trabalho em comissão de serviço	80
10.5.1. Noção	80
10.5.2. Casos admitidos	81
10.5.3. Requisitos formais	82
10.5.4. Regime	82
11. O local de trabalho	83
11.1. Noção – a determinabilidade do âmbito geográfico da prestação laboral	83
11.2. A mobilidade geográfica – mudança de local de trabalho	84
11.2.1. A mudança de local de trabalho ditada por interesse da empresa	84
11.2.2. A mudança de local de trabalho ditada por deslocação do estabelecimento da empresa	85
11.3. O teletrabalho	85
12. A necessidade temporária de trabalho – o contrato de trabalho com duração limitada	86
12.1. Pressupostos de temporalidade do vínculo contratual	86
12.2. O contrato a termo	87
12.2.1. Noção	87
12.2.2. Precisão de ideias e distinções importantes (caducidade e despedimento; termo e condição resolutivos)	87
12.2.3. Os motivos que admitem a contratação a termo	88
12.2.4. Regras gerais – falta de motivo admissível; subsistência do motivo em toda a vigência do contrato; concretização e prova do motivo da celebração; sucessão de contratos a termo	91

12.2.5. Requisitos de forma, formalidades e menções obrigatórias	93
12.2.6. Duração dos contratos a termo certo e incerto	94
12.2.7. Renovação e prorrogação dos contratos a termo certo	95
12.2.8. Caducidade dos contratos a termo	97
12.2.9. Compensação	98
13. Duração e organização do tempo de trabalho	99
13.1. Noções (período normal de trabalho – <i>pnt</i> , horário de trabalho, tempo de trabalho/“pausas”, período de funcionamento)	99
13.2. Limites de duração do trabalho	102
13.3. Isenção de horário de trabalho (e limites máximos do <i>pnt</i>)	102
13.3.1. Admissibilidade	102
13.3.2. Modalidades de isenção	103
13.3.3. Retribuição dos trabalhadores com isenção de horário	104
13.4. Organização do tempo de trabalho com adaptabilidade (o <i>pnt</i> flexível – modelos)	104
13.4.1. Modelo 1 – Por instrumento de regulamentação colectiva de trabalho (<i>irct</i>)	105
13.4.2. Modelo 2 – Por acordo individual/proposta do empregador para adesão pelo trabalhador (em 14 dias)	105
13.4.3. Adaptabilidade grupal	106
13.4.4. Excepções	107
13.5. Banco de horas	107
13.6. Horário concentrado	110
13.7. Trabalho suplementar	110
13.7.1. Noção	110
13.7.2. Admissibilidade e dispensa de trabalho suplementar	111
13.7.3. Duração máxima do trabalho suplementar	113
13.7.4. Remuneração por trabalho suplementar e descanso compensatório	114
13.8. Períodos de descanso (descanso semanal, descanso diário, intervalos de descanso)	114
13.8.1. Intervalos de descanso	114
13.8.2. Descanso diário	115
13.8.3. Descanso semanal	116
13.9. Trabalho nocturno	117
13.9.1. Qualificação	117
13.9.2. Limites e excepções	117
13.9.3. Remuneração	118

13.10. Trabalho a tempo parcial	119
13.10.1. Noções	119
13.10.2. Princípios e regras gerais	120
13.10.3. Forma e menções obrigatórias no contrato	120
13.10.4. Direitos e deveres em regime de tempo parcial	120
13.10.5. Conversão e reversibilidade	121
13.11. Trabalho intermitente	121
14. Férias e feriados	122
14.1. Férias – noções fundamentais	122
14.2. Aquisição do direito a férias e seu vencimento (as férias no ano da contratação e no ano da cessação do contrato e as férias nos contratos de curta duração)	123
14.2.1. Férias no ano da admissão do trabalhador	123
14.2.2. Férias em caso de cessação do contrato	124
14.2.3. Férias em contratos de muito curta duração	125
14.2.4. Férias em caso de suspensão do contrato por impedimento prolongado	125
14.3. Duração do período de férias	126
14.4. Marcação e alteração de férias	127
14.5. Cúmulo de férias	127
14.6. Férias em caso de encerramento do estabelecimento da empresa	128
14.7. Retribuição de férias e subsídio de férias	128
15. Feriados	129
15.1. Elenco	129
15.2. Retribuição	130
16. Faltas	130
16.1. Noções – faltas e atrasos	130
16.2. Faltas justificadas – elenco	130
16.3. Faltas justificadas – comunicação prévia da falta	132
16.4. Faltas justificadas – justificação e prova	132
16.5. Faltas justificadas – efeitos gerais	133
16.6. Faltas injustificadas – noções	134
16.7. Faltas injustificadas – efeitos gerais	134
16.8. Faltas injustificadas – efeito nas férias	135
16.9. Faltas – registo e comunicações	135
17. Retribuição	135
17.1. Noção e critérios para a fixação do respectivo montante	135
17.1.1. Dos critérios, em geral	135

17.1.2. A retribuição mínima (nacional) mensal garantida (“salário mínimo nacional”) – cálculo	136
17.2. Retribuição certa, retribuição variável e retribuição mista	137
17.3. Tempo e forma de cumprimento da retribuição. A retribuição em espécie	138
17.4. Base de cálculo das prestações remuneratórias complementares e acessórias – a retribuição base e as diuturnidades	138
17.5. Qualificação e determinação de prestações remuneratórias complementares	139
17.5.1. Retribuição de férias e subsídio de férias (remissão)	139
17.5.2. Retribuição por subsídio de Natal	139
17.5.3. Retribuição por trabalho suplementar (remissão)	139
17.5.4. Retribuição por trabalho nocturno (remissão)	139
17.5.5. Retribuição por isenção de horário de trabalho (remissão)	140
17.5.6. Retribuição por trabalho prestado em dias feriados (remissão)	140
17.5.7. Remuneração de ajudas de custo, abono de viagem e subsídio de refeição	140
17.5.8. Gratificações e prémios	140
17.5.9. Participação nos lucros	141
17.5.10. Prestações em espécie (veículo, cartão de crédito, habitação, outros títulos)	141
17.6. Compensações e descontos	141
18. Invalidez do Contrato	142
18.1. Forma e capacidade negocial	142
18.2. O objecto do contrato	142
18.3. Efeitos da invalidez	143
IV – REDUÇÃO E SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. O <i>LAY-OFF</i>	145
19. Suspensão do contrato de trabalho – noção, modalidades e principais efeitos – em geral	145
19.1. Noção	145
19.2. Motivos	145
19.3. Direitos e deveres durante a suspensão	146
20. Suspensão do contrato por motivos imputáveis ao trabalhador	146
20.1. Motivos atendíveis	146
20.2. O carácter temporário do impedimento	147

21.	Suspensão do contrato em caso de encerramento total ou parcial da empresa ou estabelecimento – o encerramento no interesse do empregador	147
21.1.	Admissibilidade	147
21.2.	Efeitos e procedimento	148
22.	Suspensão do contrato por motivos estruturais, de mercado ou tecnológicos que motivam a redução do período normal de trabalho ou a suspensão de contratos de trabalho para viabilizar a empresa ou manter postos de trabalho – o <i>lay-off</i>	149
22.1.	Motivos	149
22.2.	Modalidades	150
22.3.	Comunicações	150
22.4.	Procedimento	151
22.5.	Duração	151
22.6.	Acompanhamento e fiscalização	151
22.7.	Direitos do trabalhador	152
22.8.	Deveres do empregador	152
22.9.	Compensação retributiva	153
22.10.	Deveres dos trabalhadores	153
23.	Suspensão do contrato por caso fortuito ou de força maior	154
23.1.	Admissibilidade	154
23.2.	Deveres	154
24.	Redução da actividade e dos períodos normais de trabalho	154
25.	Pré-reforma	155
25.1.	Noção	155
25.2.	Constituição	155
25.3.	Direitos e deveres durante a pré-reforma	155
25.4.	Extinção da pré-reforma	156
26.	Licença sem retribuição	156
V – CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO		159
27.	Regime geral, excepções e modalidades	159
27.1.	Remissões	159
27.2.	Do carácter imperativo (injuntivo) das normas	160
27.3.	Modalidades	160
28.	Cessação do contrato por caducidade	160
28.1.	Noção	160

28.2. Caducidade por impossibilidade superveniente de prestar ou receber o trabalho	161
28.2.1. Em geral	161
28.2.2. Morte do empregador ou extinção da pessoa colectiva empregadora e insolvência do empregador	161
28.3. Caducidade por reforma do trabalhador	162
28.4. Caducidade por verificação do termo (remissão)	163
29. Revogação por acordo dos sujeitos	163
30. Denúncia durante o período experimental (remissão)	164
31. Despedimento pelo empregador com justa causa “subjectiva” (motivos disciplinares)	164
31.1. Pressupostos materiais do despedimento	164
31.2. Procedimento disciplinar	166
31.2.1. Procedimento prévio de inquérito	166
31.2.2. Comunicação e nota de culpa	166
31.2.3. Comunicação e nota de culpa (2)	167
31.2.4. Comunicação e nota de culpa (3)	167
31.2.5. Suspensão preventiva do trabalhador	167
31.2.6. Resposta do trabalhador	168
31.2.7. Remessa de cópia do processo à entidade que tenha competência na área de igualdade de oportunidades de homens e mulheres	168
31.2.8. Audição de testemunhas e outras diligências probatórias	168
31.2.9. Decisão final	168
31.3. Fase judicial (junto do tribunal de trabalho competente)	169
31.3.1. Providência cautelar de suspensão do despedimento	169
31.3.2. Ilicitude do despedimento	169
31.3.3. Apreciação judicial	169
31.3.4. Efeitos da ilicitude do despedimento	170
31.3.5. Efeitos da ilicitude do despedimento nos contratos a termo	171
32. Acção disciplinar em geral	171
33. Despedimento colectivo	172
33.1. Pressupostos e fundamentos	172
33.2. Procedimento e efeitos	172
33.2.1. Comunicações	172
33.2.2. Fase de informação, negociação e consulta	175

33.2.3. Remessa de cópia do processo à entidade que tenha competência na área de igualdade de oportunidades de homens e mulheres	175
33.2.4. Decisão	175
33.2.5. Efeitos do despedimento colectivo – aviso prévio, crédito de horas e compensação	175
33.2.6. Efeitos do despedimento colectivo (2) – regime transitório sobre compensação	174
33.2.7. Fundo de Compensação do Trabalho – garantia do pagamento da compensação	176
34. Despedimento por extinção do posto de trabalho	177
34.1. Pressupostos e condições	177
34.2. Procedimento e efeitos	178
35. Despedimento por inadaptação do trabalhador	179
35.1. Pressupostos e condições	179
A) Despedimento por modificações introduzidas no posto de trabalho	179
B) Despedimento por modificação substancial da prestação realizada pelo trabalhador	180
C) Despedimento por incumprimento de objectivos previamente fixados	181
35.2. Procedimentos e efeitos	182
36. Denúncia unilateral, resolução pelo trabalhador e abandono do trabalho	182
36.1. Denúncia com e sem aviso prévio	182
36.2. Resolução do contrato pelo trabalhador (com justa causa)	183
36.2.1. Fundamentos	183
36.2.2. Procedimento e efeitos	184
36.3. Abandono do trabalho	185

VI – OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS DO EMPREGADOR (ELENCO NÃO EXAUSTIVO)	187
37. Relatório único	187
38. Comunicação da adesão ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) ou a Mecanismo Equivalente (ME)	187
39. Comunicação de contratação de menor	187
40. Comunicação de contratação de trabalhador estrangeiro ou apátrida	188
41. Mapa de férias	188
42. Registo de tempos de trabalho	188
43. Mapa de horários de trabalho	188

44. Pedido de autorização para mudança de categoria	188
45. Pedido de autorização de redução ou exclusão de intervalos de descanso	189
46. Registo de sanções disciplinares	189
47. Registo de trabalho por turnos	189
48. Afixação de informação sobre parentalidade	189
ÍNDICE REMISSIVO	191
BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA GERAL	199
ANEXO – Minutas	201
1) Declaração de confiança e não concorrência	201
2) Contrato de trabalho a termo incerto por objectivos	203
3) Contrato de trabalho a termo certo, em regime de comissão de serviço, com isenção de horário de trabalho	207
4) Comunicação para cessação de contrato a termo e comunicação para renovação por período diferente	210
5) Comunicação para renovação de contrato a termo por período diferente	211
6) Comunicação de falta	212
7) Comunicação de falta (imprevisível)	213
8) Justificação de falta	214
9) Comunicação de injustificação de falta	215
10) Regulamento sobre assédio no local de trabalho/Código de Boa Conduta	216
11) Regulamento de prevenção e controlo do alcoolismo e da toxicodependência	219

